

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Iniciamos hoje, neste Plenário, o debate das propostas de Plano e Orçamento para 2011 apresentadas pelo X Governo do Açores, IV Governo da responsabilidade do Partido Socialista.

Os documentos aqui em discussão são apresentados num momento, a nível nacional e internacional, marcado por desequilíbrios orçamentais e macroeconómicos e por muita instabilidade financeira.

O nosso país, à semelhança de outros como a Espanha, a Grécia e a Irlanda, defronta dificuldades nos mercados financeiros internacionais e a ultrapassagem destas dificuldades tem imposto uma política orçamental de grande exigência e austeridade.

Política orçamental de austeridade que se fará sentir com mais intensidade em 2011, em que muitas famílias irão ter uma redução substancial dos seus rendimentos, através da redução dos seus salários e pelo aumento de alguns impostos, e em que muitas empresas poderão ver reduzir o seu volume de negócios, pela diminuição do investimento público e do consumo privado.

Os Açores não estão imunes a muitas das medidas anunciadas pelo Governo Central.

Face a estas medidas exógenas e às nossas debilidades económico-sociais, próprias de uma região insular e arquipelágica, importa com os documentos agora em análise minorar e combater efeitos nefastos que possam por em causa o crescimento económico sustentável que Açores têm apresentado nos últimos anos.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Tendo por base os pressupostos anteriores, o Presidente do Governo e Presidente do PS começou, desde muito cedo, a alertar para a necessidade do cumprimento da Lei das Finanças Regionais, que regula o relacionamento financeiro entre o Estado e a Região.

Face a experiências passadas, desde a Lei de Estabilidade Orçamental que suspendeu a sua execução, passando pelo PEC II, que fez reduzir as verbas que a Região tinha por direito próprio, era muito importante que a relação financeira instituída entre as Regiões Autónomas e a República, através da Lei de Finanças Regionais, fosse cumprida.

Caso contrário, aquela que é considerada um dos pilares da nossa Autonomia, deixaria de fazer sentido, porque, a qualquer tempestade financeira da República, a estabilidade financeira dos Açores seria posta em causa.

Mas tal não aconteceu! O Governo da República salvaguardou no Orçamento de Estado para 2011, verbas que, apesar de inferiores em 6,8 Milhões euros em relação ao ano transacto, cumprem, integralmente, a Lei de Finanças Regionais, uma vitória das Regiões Autónomas, reforçada por saber-se que esta foi a única Lei-quadro de financiamento do país que não foi posta em causa.

Assim, num momento nunca vivido por qualquer Governo Regional desde a história da nossa Autonomia, o Governo apresenta a esta Assembleia um Orçamento de 1 354,3 milhões de euros, dos quais 237 milhões destinam-se a operações extra-orçamentais e um Plano de Investimentos de 506,7 milhões euros, destacando-se desde logo uma redução pouco significativa nos montantes inscritos nestes dois documentos, face ao ano anterior.

Para alguns, estes são documentos idênticos ao ano passado ou ao ano anterior e por aí fora, nunca reconhecendo um único mérito – um que fosse - aos documentos do Governo e que materializam um projecto de desenvolvimento sufragado pelos açorianos.

*Intervenção Plano e Orçamento 2011  
Deputado Regional: José Rego*

Não é esse o nosso entender. Desde logo, são louváveis os montantes inscritos nestes dois documentos, no momento de crise que se atravessa.

Quando se vê a maioria dos governos a diminuir drasticamente as suas despesas de investimento e de funcionamento, o Governo esforça-se em apresentar um Orçamento e um Plano que dá cumprimento à generalidade dos seus compromissos. Pró-activo no combate às medidas depressivas e exemplar na redução das despesas de funcionamento dos serviços e organismos da administração regional, que vão ascender a 610 milhões de euros, menos 0,9 por cento do que 2010.

Na nossa Região, espera-se, assim, manter os níveis de investimento e de despesa pública, apesar da redução das transferências do Orçamento de Estado, contamos com um ligeiro acréscimo das transferências da União Europeia e das Receitas Próprias, crescimentos fundamentados no conjunto de obras inscritas no Plano para 2011, a levar a efeito com apoios provenientes dos fundos comunitários e em previsões cautelosas das receitas fiscais, abaixo das que se perspectivam para o país.

O Orçamento e o Plano para 2011 são substancialmente diferentes... porque, para o momento que se vive hoje, houve que

*Intervenção Plano e Orçamento 2011*

*Deputado Regional: José Rego*

reorientar muitas das nossas receitas, acomodando assim um conjunto de acções a favor das nossas famílias e das nossas empresas, preterindo-se alguns investimentos do Plano que poderiam ser menos reprodutivos.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Este Orçamento e este Plano, para além do conjunto de apoios às famílias e às empresas, que se materializavam em programas e acções dos documentos anteriores, apresentam novos apoios e medidas que importa destacar:

- “Remuneração compensatória” para os trabalhadores da Administração Regional e dos Hospitais, EPE, garantindo a mais de 3 700 funcionários que mantenham o mesmo nível remuneratório em 2010;
- “Fundo de Compensação Social” com uma dotação inicial de 7 milhões de euros, destinado a financiar a criação de mecanismos complementares de apoio às famílias;
- “Aumento do Complemento Regional de Pensão”, de 4,4%, assegurando a mais de 35 mil idosos, um aumento real do seu complemento regional de pensão;

- “Aumento do Complemento Regional do Abono de Família para crianças e jovens, de 11%, abrangendo 42 124 beneficiários;
  
- “Majoração de 100%, do Complemento do Abono de Família” para os filhos dos desempregados que tenham deixado de usufruir do subsídio de desemprego em virtude da redução legislativa do período de atribuição trabalhadores;
  
- Suspensão do aumento das comparticipações das famílias, pela utilização dos serviços de amas, creches, jardins de infância e ATL’s, abrangidos por acordos de cooperação com a Segurança Social;
  
- Alargamento das deduções à colecta dos lucros que forem reinvestidos na promoção turística e na reabilitação de empreendimentos turísticos;
  
- Baixar o montante do valor dos investimentos em unidades produtivas realizados no Faial e Pico considerados relevantes de modo a poderem usufruir do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
  
- Revisão dos Sistemas de incentivos de apoio ao investimento privado – SIDER, de modo a simplificar os seus procedimentos, desburocratização de processos de análise e reforço da incidência de apoios às empresas e sectores com capacidade de exportação ou que potenciam a redução de importações;

- Reforço da coordenação entre as acções de promoção externa de produtos regionais;

- Reforço da acção “ Bonificação de Juros à Economia Empresarial Privada”, face à Ante-proposta, de modo a assegurar a criação de novos instrumentos de apoio financeiro às empresas açorianas;

O Plano de Investimentos espelha também claramente os objectivos primordiais para o próximo ano de apoio às famílias e às empresas:

Assim, os Objectivos “Promover o Crescimento Sustentado da Economia” e “Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social”, são os únicos que apresentam crescimentos consideráveis, apresentando no seu conjunto um incremento de mais 25 milhões de euros face ano anterior.

Ao nível sectorial existem programas que apesar do Plano de Investimentos não crescer, apresentam crescimentos muito significativos dos quais se destacam:

- Desenvolvimento de Infra-estruturas da Saúde + 44%;
- Desenvolvimento do Turismo +32%
- Desenvolvimento dos Sistemas de Solidariedade Social +27%
- Aumento da competitividade dos sectores agrícolas e florestais +6%

No Programa “ Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor” está previsto um investimento total de 90,4 milhões, sendo assim o segundo programa do Plano de 2011, com maior dotação.

A verba alocada à Qualificação Profissional representa que esta área, tal como em Planos anteriores é uma das prioridades do Governo.

Os dados do INE relativos ao 3.º trimestre apresenta uma taxa de desemprego de 6,6%, correspondendo a um aumento de 0,4 p.p. face ao trimestre anterior e ao trimestre homólogo. É a mais baixa taxa de desemprego de todas as regiões do país e muito abaixo da taxa de desemprego nacional, 10,9%.

Estes valores afastam-se da evolução muito positiva dos níveis de emprego alcançados até ao ano transacto. Todavia contamos que a implementação do Plano Regional de Emprego para Açores – 2010-2015 em conjunto as medidas propostas neste Orçamento e no Plano de Investimentos para 2011 tenham efeitos positivos muito positivos ou sejam que promovam no mundo do trabalho mais açorianos e melhor qualificados.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhora e Senhores Membros do Governo



O momento que se vive exige responsabilidade. Ninguém se pode imiscuir a esta obrigação.

O Governo Regional dos Açores fez o seu trabalho de casa e é coerente nas suas opções.

Às grandes linhas orientadoras das Opções a Médio Prazo, apresenta, nestes documentos, soluções conjunturais que minimizam as consequências do plano nacional de austeridade.

É, por isso, altura de definições políticas. Quem discorda das medidas de austeridade nacional, tem neste Plano e neste Orçamento o exacto contra-ponto. O reforço dos apoios sociais previstos para os Açores e as medidas de incentivo ao investimento são a prova da atenção do Governo à conjuntura desfavorável que atravessamos.

Este não é o Plano e Orçamento para o Governo. É, sim, um Plano e Orçamento para os açorianos e para as empresas, que apenas é executado pelo Governo Regional.

É legítimo que qualquer partido nesta casa se queira manter à margem deste esforço. Não terá, porém, a mesma legitimidade para a crítica fácil e destrutiva, num momento de grande exigência para os políticos.

O PS está disposto a aceitar o contributo de todos para o benefício de todos os açorianos. Quem teimar em se manter à margem perde uma oportunidade de ajudar a sua terra num momento mais difícil. O ónus e a responsabilidade cabem, assim, a cada um dos grupos e representações parlamentares que aqui estão por opção dos açorianos.

A minha última palavra vai para o elo mais forte da cadeia da economia açoriana: os empresários e os trabalhadores açorianos. Não há crescimento económico sem o seu importante contributo.

O Governo Regional e o PS confiam nas suas capacidades. Queremos, com estes documentos, aprofundar a nossa relação de confiança. A confiança que, juntos, vamos ultrapassar este momento desfavorável. A confiança que, em conjunto, vamos fazer crescer a economia. A confiança que, em conjugação de esforços, vamos criar mais e melhor emprego.

Este não é momento para hesitações nem segundas oportunidades. Este é, sim, a altura para cada um dar o melhor de si para o bem de todos.

O Governo e o PS confia em todos e em cada um açorianos!

Disse.